



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO CABRAL GONZAGA TORRES

A VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME: segurança alimentar, conjunturas sociopolíticas e econômicas no Brasil em 2021 durante a pandemia do COVID-

19

Recife

2022

RODRIGO CABRAL GONZAGA TORRES

A VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME: segurança alimentar, conjunturas sociopolíticas e econômicas no Brasil em 2021 durante a pandemia do COVID-

19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Chaves Lima

Recife
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

TORRES, RODRIGO CABRAL GONZAGA.

A volta do Brasil ao Mapa da Fome: segurança alimentar, conjunturas sociopolíticas e econômicas no Brasil em 2021 durante a pandemia do COVID-19 / RODRIGO CABRAL GONZAGA TORRES. - Recife, 2022.

42 : il., tab.

Orientador(a): RICARDO CHAVES LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Econômicas - Bacharelado, 2022.

1. Segurança Alimentar. 2. Fome. 3. Políticas Públicas. 4. Covid-19. 5. Mapa da Fome. I. LIMA, RICARDO CHAVES. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

RODRIGO CABRAL GONZAGA TORRES

A VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME: segurança alimentar, conjunturas sociopolíticas e econômicas no Brasil em 2021 durante a pandemia do COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 16/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Chaves Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Lamartine Távora Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que sempre me apoiou independentemente das minhas escolhas e ao Ádrian que me dá suporte em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

O presente estudo busca compreender a problemática da segurança alimentar (SAN) no Brasil, analisando indicadores e os anos em que o país saiu e retornou ao mapa da fome. Além disso, objetivou-se pesquisar e apresentar como fatores determinantes relacionados às políticas públicas e aos cenários socioeconômicos, possibilitando indicadores que confirmem que o direito à alimentação adequada está distante da realidade de muitas pessoas. Por meio desta monografia de cunho bibliográfico, com foco em uma perspectiva brasileira, estudos e dados de relatórios governamentais serviram de base para apresentar uma visão panorâmica sobre o assunto, além das pesquisas publicadas acerca do impacto da pandemia do Covid-19 na Segurança Alimentar, pela Rede PENSSAN e os dados econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para buscar entender o retorno do Brasil ao Mapa da Fome pela FAO. Como isso, foi possível dividir o estudo em três capítulos: a segurança alimentar e suas perspectivas, o Brasil no mapa da fome e as relações entre políticas públicas e a ameaça à segurança alimentar dos brasileiros. Como resultados, foram detectados a necessidade de priorização de projetos e planos emergenciais de crescimento econômico com distribuição de renda e geração de empregos, ainda mais em um cenário pós-pandêmico e com as desigualdades impostas às regiões mais remotas do país, fatores determinantes do atual quadro de insegurança alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Fome; Políticas Públicas; Covid-19; Mapa da Fome.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the problem of food security in Brazil, analysing indicators and the years in which the country left and returned to the hunger map. In addition, the objective was to research and present as determining factors related to public policies and socioeconomic scenarios, enabling indicators that confirm that the right to adequate food is far from the reality of many people. Through this bibliographic monograph, focusing on a Brazilian perspective, studies and data from government reports served as a basis to present a panoramic view on the subject, in addition to published research on the impact of the Covid-19 pandemic on Food Security, by the PENSSAN Network and economic data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) to seek to understand the return of Brazil to the FAO's Hunger Map. As a result, it was possible to divide the study into three chapters: food security and its perspectives, Brazil on the hunger map and the correlation between public policies and the threat to Brazilian food security. As a result, the need to prioritize projects and emergency plans for economic growth with income distribution and job creation was detected, even more so in a post-pandemic scenario and with the inequalities imposed on the most remote regions of the country, determining factors of the current food insecurity in Brazil.

Keywords: Food Security; Hunger; Public Policy; Covid-19; Hunger Map.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
3 MAPA DA FOME NO BRASIL EM 2021	25
4 ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL EM 2021	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

A problemática acerca do tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está enraizada nos mais diversos polos de estudo e em diversos tipos de interesses, sendo uma concepção que ainda é palco de grandes interpretações e análises. Essa questão evolui à medida em que a sociedade avança, configurando-se como um tema contínuo, tendo em vista as organizações sociais, as relações de poder e as suas aplicações como algo básico à dignidade humana.

Analisar a Segurança Alimentar é um grande desafio, considerando as possibilidades de estudo nas mais diversas áreas de conhecimento que possam estar envolvidas, como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, tendo suas próprias perspectivas na compreensão e uso desse conceito, ou seja, tem um referencial teórico específico, mas ainda assim, abrangente com marcos interdisciplinares.

Em uma perspectiva teórica, é possível atrelar os direitos fundamentais e valores do ser humano como a própria alimentação. Já na prática, as próprias políticas públicas vigentes pelos governantes tendo seu pontapé inicial com o problema da escassez dos alimentos após a Primeira Guerra Mundial. Os planos inicialmente implementados tinham como premissa a autonomia aos países visando a produção e o consumo interno para assegurar o básico à sua população, incentivados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO).

Dessa forma, pretende-se mostrar a importância das principais causas políticas e dos indicadores no cenário socioeconômico, visto que o direito à alimentação adequada está distante da realidade de muitas pessoas em todo o mundo. Particularmente no Brasil, como inicialmente mencionado, ostenta atualmente ainda um dos cenários mais preocupantes, onde uma parte significativa da população carece de uma alimentação de qualidade e quantidade adequada.

Analisando o cenário econômico brasileiro atual, é possível identificar os impactos da Covid-19 como potencializadores negativos nos panoramas de renda, inflação e mercado de trabalho, indicando uma maior dificuldade de endereçar o problema da fome durante a pandemia no Brasil. Com isso, o cenário visto é do crescente desemprego e de muitos brasileiros perdendo sua renda para usufruir de serviços essenciais, salientando ainda o processo inflacionário nesse contexto. Ainda em 2022, segundo o relatório mais atual da FAO (2022), o Brasil retorna para o mapa da fome, aquecendo o tema de Segurança Alimentar.

Seria esse um fenômeno que foge das fronteiras brasileiras e do controle político? Seria possível observar ações emergenciais para um quadro econômico diferente do atual visando garantir não só o acesso aos alimentos, mas também quantidade suficiente, regularidade e qualidade?

Visando responder os questionamentos levantados acima e o contexto em que o país está inserido, o presente estudo possui como objetivo principal entender através de um trabalho de análise exploratória como o Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2021, seguido pelos objetivos específicos de a) Compreender o conceito de Segurança Alimentar e como ele se relaciona com as políticas públicas; b) Relatar, através de dados e relatórios, que pode ter havido um aumento substancial nas pessoas que passam fome no Brasil; c) Entender as causas desse possível aumento em 2021, pelos pontos de vista econômico e político.

Para uma melhor compreensão, este estudo está dividido em três capítulos, visando conectar os temas de uma forma que fortaleça o entendimento do quadro econômico e social atual no Brasil. O capítulo 1 trata sobre o surgimento do termo Segurança Alimentar no mundo e o que estava como alicerces para seus indicadores e objetivos. Como um desses compromissos para dar foco ao termo SAN, está a criação de órgãos em torno de práticas visando os direitos fundamentais do Homem, à dignidade e ao valor da pessoa humana.

Ainda neste capítulo são mencionadas as principais iniciativas que contribuíram para conquistas como a redução bem-sucedida da fome e da pobreza com forte envolvimento da sociedade civil, como: a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)

visando assegurar o direito humano à alimentação adequada. Nesse contexto, um de seus objetivos medidas capazes de incentivar a parceria e integração entre os órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando garantir a mobilização e racionalização do uso dos recursos, bem como a complementaridade das ações desenvolvidas voltadas para o combate à fome.

Objetivando a integração de vários setores para a priorização da SAN no país, foi criado o Programa Fome Zero (PFZ) que englobava inúmeras ações emergenciais e estruturais para garantir não só o acesso aos alimentos, mas também quantidade suficiente, regularidade e qualidade. Nesse período houve uma gradativa diminuição das pessoas que viviam em situação de fome no Brasil, levando o país a sair do Mapa da Fome da FAO em 2014, sendo contextualização para iniciar a segunda parte.

No capítulo 2, é possível observar pelos dados da Rede PENSSAN (2022) que o número de pessoas que passam fome subiu para 33,1 milhões de pessoas, sendo 14 milhões, novos brasileiros se comparado com o dado de 2020. É apontado que regiões como Norte e Nordeste são as que mais sofrem com a falta de alimento, assim como áreas rurais, pessoas autodeclaradas pretas ou pardas e mulheres como responsáveis pelo domicílio. Os lares com crianças até 10 anos de idade dobraram de 2020 para 2022, sendo um dado alarmante por ocasionar um possível baixo desenvolvimento físico e capacidade cognitiva inferior devido a uma má alimentação.

O cenário ao longo desses últimos anos não foi tão positivo assim, ocasionando um aumento no nível de Insegurança Alimentar da população. Esse dado foi agravado por fatores econômicos, ainda mais no período da pandemia do Covid-19 que teve início no território nacional em 2020, tema discutido no terceiro e último capítulo desta pesquisa, entendendo as possíveis causas e efeitos.

Por fim, com a necessidade de novas pesquisas acerca da problemática de Segurança Alimentar, ainda mais em uma perspectiva econômica e social, são utilizados neste documento, os recursos necessários para uma alimentação adequada, passando pelos indicadores usados em estudos e relatórios governamentais, chegando ao poder de compra pós pandemia, às desigualdades em regiões mais remotas e aos programas e planos nacionais, fatores determinantes do atual quadro de insegurança alimentar no Brasil.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de Segurança Alimentar (SAN) surgiu após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que o período foi marcado por doenças, desnutrição e miséria como consequência da escassez de alimentos (MAINARDES; RAIHER, 2018). A partir desse contexto o tema SAN adquiriu uma perspectiva internacional com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). A criação desses órgãos fazia parte de um compromisso internacional em torno de objetivos e práticas para evitar um novo conflito mundial na proporção das grandes guerras e discursos aos direitos fundamentais do Homem, à dignidade e ao valor da pessoa humana. Nesse primeiro momento, a SAN refletia a capacidade que cada país tinha para produzir seu próprio alimento, a fim de evitar a vulnerabilidade de sua população e assegurar autonomia na produção de alimentos.

No Brasil foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994 com o objetivo de discutir as diretrizes para a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), aproveitando para discutir também a promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, entre eles o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Um relatório sobre a Segurança Alimentar e da Fome no Brasil foi fruto da I CNSA e compartilhado em 1996 com a Cúpula Mundial de Alimentação em Roma, na Itália (CUSTÓDIO et al., 2015).

O tema foi ganhando cada vez mais relevância no Brasil e como fruto das discussões da II CSNA a SAN é estabelecida nacionalmente pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006) e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. O instrumento jurídico define em seu artigo 3 a Segurança Alimentar e Nutricional como sendo

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

Devido à sua natureza interdisciplinar, é um conceito muito amplo que engloba questões de acesso à alimentação de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas de produção sustentável, cidadania e direitos humanos. A definição brasileira se destaca por definir a SAN em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequados para toda a população de todas as classes sociais, sem excluir as classes menos carentes do leque de ações necessárias.

A respeito da conceituação da SAN no Brasil, Kepple e Segall-Corrêa (2011) elucidam que o termo tem uma abordagem desafiadora, especialmente tendo em vista que todas as áreas do conhecimento envolvidas, como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, têm sua própria perspectiva e expectativa na compreensão e uso desse conceito, ou seja, tem um referencial teórico específico. No entanto, vistos isoladamente, esses marcos conceituais e disciplinares e seus indicadores não são suficientes para a compreensão completa do problema.

Por exemplo, se a SAN for analisada apenas a partir de indicadores de produção agrícola e disponibilidade de alimento, para atingir uma diminuição da insegurança alimentar e fome, seria necessário o aumento da produção, melhora de distribuição ou mesmo desenvolvimento de novas tecnologias. Outro exemplo, é que até a década de 1990, o indicador mais utilizado para avaliar a Insegurança Alimentar era o baixo peso. A autora destaca que esse dado é importante quando avaliado com outros indicadores interdisciplinares, no entanto quando avaliado isoladamente, pode ocultar que a insegurança alimentar não necessariamente se manifesta em carências nutricionais e suas consequências físico-biológicas, como muitas vezes acontece. Segundo ela, há fortes evidências de que existe uma ligação entre insegurança alimentar moderada e excesso de peso ou obesidade. Por isso, é importante entender os indicadores de avaliação da SAN para direcionar políticas públicas em prol da facilidade ao acesso dos alimentos e uma melhor qualidade de vida (CABALLERO, 2005 *apud* KEPPLER, 2011).

Tendo em vista que os indicadores exercem um papel fundamental para a avaliação da Segurança Alimentar, é interessante, pois, listá-los. A FAO tradicionalmente utiliza a contagem de calorias *per capita* como indicador de medida de disponibilidade de alimentos e que, indiretamente, auxilia a medir e acompanhar

ao longo do tempo a carência alimentar entre os países. Basicamente, é feito um balanço entre alimentos produzidos, exportados e uma estimativa dos desperdícios sendo o valor resultante transformado em calorias e dividido pelo número de habitantes.

No Brasil, frequentemente a SAN é estimada a partir de parâmetros da renda mínima per capita necessária para o consumo alimentar e não alimentar básicos da população. Esse indicador é considerado a partir da premissa que o grau de carência alimentar está diretamente associado ao nível de renda familiar e individual, derivando através desses dados as linhas de pobreza e de indigência. No entanto, por serem indicadores agregados dificultam um olhar mais detalhado sobre regiões e grupos distintos da população que são mais afetadas com a Insegurança Alimentar. Por um lado, trazendo dificuldades para a análise do impacto das políticas, por outro sendo muito útil para identificar o montante populacional vulnerável e com isso estabelecer os recursos necessários para a implementação das políticas públicas (KEPPLE, 2011).

Após a década de 1990, dois projetos dos Estados Unidos (EUA) começaram a trazer relevância para indicadores diretos de avaliação da Segurança Alimentar. O primeiro foi da Universidade de Cornell que utilizou indivíduos que já haviam estado em situação de fome, ou próximo disso, para que descrevessem a situação (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Com isso perceberam que a fome tem aspectos tanto físicos quanto psicológicos e sociais. A causa não estava apenas relacionada à quantidade e qualidade dos alimentos, mas também à preocupação e à sensação de privação. O segundo é composto por perguntas sobre a falta de dinheiro para a compra de alimentos, a suficiência de alimentos em termos de quantidade e variedade e refeições diminuídas ou excluídas (puladas).

A junção dessas duas pesquisas deu origem a um instrumento de medida com dezoito itens, o *Household Food Security Survey Module* – HFSSM. Essa pesquisa americana foi utilizada como base para a elaboração da versão nacional, a Escala Brasileira de Medida da Segurança Alimentar – EBIA, entre 2003 e 2004. Na ocasião foram considerados os contextos socioculturais diversos do Brasil para validação do instrumento em populações urbanas e rurais de diferentes regiões. A medição inclui renda familiar e consumo diário de alimentos, acrescentando-se no questionário da área rural variáveis de produção agrícola e produção de alimentos para autoconsumo,

visando analisar a validade externa da escala (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Na validação, foi observado que o nível de gravidade da insegurança alimentar estava fortemente e inversamente associado à renda familiar e a probabilidade de consumo diário de alimentos nutritivos, como frutas, hortaliças e alimentos proteicos de alta qualidade

EBIA had strong criterion validity as the level of severity of food insecurity was strongly and inversely associated with household income and with the likelihood of daily consumption of nutritious foods such as fruits and vegetables and high-quality protein foods (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008, p. 8-9).¹

Em 2004 a EBIA foi incorporada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, por decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com isso o Brasil teve o primeiro diagnóstico de segurança e insegurança alimentar domiciliar com abrangência e representatividade nacional. (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021), os resultados da EBIA fornecem informações estratégicas para gestão de políticas públicas e programas sociais, pois além de identificar e quantificar os grupos em risco de IA, conseguem avaliar os determinantes e consequências a partir do grau de Insegurança Alimentar. No Quadro 1 podemos ver as classificações de cada nível de insegurança alimentar e suas definições, a partir da percepção da experiência do domicílio nos últimos 90 dias.

Quadro 1 - Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar

Situação de Segurança Alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

¹ A EBIA teve validade de critério forte, pois o nível de gravidade da insegurança alimentar estava forte e inversamente associado à renda familiar e à probabilidade de consumo diário de alimentos nutritivos, como frutas e hortaliças e alimentos proteicos de alta qualidade.

Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança Alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

O Quadro 1 mostra que Segurança Alimentar é quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Enquanto a Insegurança Alimentar pode ser classificada em três graus, sendo eles: IA leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos. IA moderada, quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. E por último IA grave, quando houver redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio. De acordo com a pesquisa aplicada pelo (IBGE, 2021), esses resultados são provenientes do somatório da pontuação a partir das respostas a 14 questões que classificam o grau de Insegurança Alimentar dos domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Pontuação para classificação no grau de segurança e insegurança alimentar dos domicílios, com e sem menores de 18 anos

CLASSIFICAÇÃO	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 – 5	1 – 3
Insegurança alimentar moderada	6 – 9	4 – 5
Insegurança alimentar grave	10 – 14	6 - 8

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório da oficina técnica para análise da escala de medida domiciliar da insegurança alimentar. Brasília, DF, 2010c. (Nota técnica, 128)

Nessa primeira pesquisa (PNAD,2004), apresentou-se pela primeira vez um indicador direto de Segurança Alimentar no contexto dos domicílios, o que foi fundamental para trazer mais visibilidade para o tema de Segurança Alimentar, como diz as autoras (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009, p.9):

...alertaram os gestores das políticas públicas para um problema que aparentemente ainda se mantém na sombra, para muitos, escondido no eufemismo de população vulnerável ou de risco de insegurança alimentar. Com a EBIA o baixo acesso das famílias aos alimentos tanto em qualidade quanto em quantidade, voltaram novamente à cena, com visibilidade própria e como condição diretamente mensurável.

Os resultados apontaram que os domicílios com SA são em menor número nos lares com crianças e adolescentes. Os lares que tinham mulheres como pessoa de referência a prevalência de IA sempre foram maiores que lares do sexo masculino, tanto nas áreas urbanas quanto rurais em todas as Grandes Regiões e Unidades Federativas. Outro dado mostrou que os domicílios na condição de IA grave têm maior proporção da população preta ou parda no Brasil. Por último foi apresentado também que a prevalência de IA grave é consideravelmente maior nos lares com rendimentos *per capita* de até um salário mínimo, em todo o Brasil. (PNAD 2004).

Esse último dado apresentado, associando a baixa renda com graus mais intensos de Insegurança Alimentar já era estudado por Hoffmann (1995) que dizia que em uma economia como a do Brasil, ter o acesso aos alimentos dependia essencialmente da renda, “uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente em uma situação de insegurança alimentar” (HOFFMANN, 1995, p.159). No entanto, não só o acesso aos alimentos seria consequência da baixa renda, mas também outras condições impróprias para a saúde, que poderiam causar desnutrição. O autor ainda defende que “o governo precisa estar presente no combate à fome, com programas devidamente orientados para os grupos de risco e os bolsões de pobreza” (HOFFMANN, 1995, p.170).

Outro estudo que utilizou os dados dessa primeira pesquisa PNAD 2004 foi das autoras SEGALL-CORRÊA et al. (2008) que reforça essa associação positiva entre transferência de renda e segurança alimentar. O contributo mostrou através de

regressão logística múltipla, para cada 10 reais de aumento nos valores das transferências, há uma elevação de 8% na chance de Segurança Alimentar.

No entanto, apesar das evidências de que a melhoria da renda das famílias mais vulneráveis aumentaria a chance de melhora na segurança alimentar, manter o foco apenas em políticas de transferência não seria suficiente para solucionar o problema da SAN e dos segmentos essenciais das populações carentes. É importante associar programas de geração de emprego, renda e de agricultura para possibilitar o acesso à moradia, alimentação e trabalho (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGY; 2001).

Portanto, entender o contexto histórico das principais políticas públicas de combate à fome no Brasil é fundamental para enxergarmos ações para uma melhora da segurança alimentar nacional.

O diagnóstico e políticas de combate à fome no Brasil passaram por três fases. Até a década de 1930, os problemas de abastecimento estavam relacionados à questão do fornecimento de alimentos para a população que estava migrando para as áreas metropolitanas. Deste período até o final da década de 1980, a fome tornou-se um problema intermediário e políticas se voltaram para a regulação de preços e controle da oferta. Finalmente, no início da década de 1990, os problemas de abastecimento começaram a ser enfrentados, presumivelmente por meio da desregulamentação do mercado na esperança de que o crescimento econômico pudesse gerar renda, emancipar famílias pobres e proporcionar cidadania (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGY; 2001).

Mas foi apenas em 1986 que o objetivo da Segurança Alimentar apareceu pela primeira vez entre um marco de uma proposta de política alimentar, desenvolvido por um grupo de técnicos a convite do Ministério da Agricultura, na época teve pouco impacto prático. Uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar elaborada por uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores (PT) foi publicada em 1991, com impacto inicial limitado. No entanto, ao ser adotado pelo governo Itamar Franco, no início de 1993, como uma das bases para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuiu decisivamente para a priorização dos problemas alimentares da agricultura e da fome na agenda política nacional (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

O artigo 2 do decreto 807 de 1993, listava as competências do CONSEA como propor e opinar

I - ações voltadas para o combate à fome e o atingimento de condições; plenas de segurança alimentar no Brasil, no âmbito do setor governamental e não governamental; II - medidas capazes de incentivar a parceria e integração entre os órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando a garantir a mobilização e racionalização do uso dos recursos, bem como a complementaridade das ações desenvolvidas; III - campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à fome e à miséria, com vistas à conjugação de esforços do governo e da sociedade (BRASIL, 1993, p.1).

A proposta feita pelo PT era a mesma da versão de 1986, agora sem limitar a Segurança Alimentar às questões de abastecimento e agricultura. As origens da fome foram atribuídas ao desemprego e à pobreza exacerbados pelas políticas recessivas dos anos 1980. Conclui-se que a retomada do crescimento econômico, a recuperação do emprego e dos salários bem como a implementação de políticas de regulação de mercado receberam grande ênfase como condições para a SA.

Uma vez que se tornou um objetivo estratégico do governo, a segurança alimentar centralizou políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos com o objetivo de descentralização e diferenciação regional. Na ocasião, em paralelo com a ação emergencial contra a fome, ações governamentais para controlar a qualidade dos alimentos e incentivar práticas alimentares saudáveis também foram incluídas (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

O CONSEA ficou ativo nesse primeiro momento por apenas dois anos. Apesar de representar inovações institucionais envolvendo múltiplos ministérios e segmentos organizados da sociedade civil, a priorização da estabilidade monetária deixou as políticas sociais em segundo plano na esfera econômica. Alguns dos poucos resultados que podem ser atribuídos à atuação do CONSEA, nessa primeira fase, foram a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE em direção aos municípios e às próprias escolas, dando autonomia local; a continuidade do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA, que visava a distribuição de cestas básicas com a utilização de estoques públicos de alimentos; e a prioridade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco

Nutricional - Leite é Saúde, como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil.

Dois anos após sua criação, o CONSEA foi extinto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, sendo substituído pelo Conselho Comunidade Solidária. Isso resultou em uma nova dispersão das políticas de combate à fome. Na ocasião, houve a criação do Programa de Comunidade Ativa - PAC, sendo voltado para ações em locais escolhidos pelo baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No entanto apenas 15,7% da meta dos municípios que deveriam ser atingidos de acordo com a premissa do programa.

Além disso, houve a extinção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, que visava elaborar programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrizes, lactentes e população infantil até seis anos. Com isso a restante política federal de combate a carências nutricionais, que passou a ser a principal, visava ao fornecimento de óleo de soja e leite feito pelo programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN, juntamente com o fornecimento da multimistura para crianças desnutridas, através da Pastoral da Criança. Outra modificação foi o corte da verba do PRODEA, dando fim à distribuição de cestas básicas que seria migrada para o Bolsa-Alimentação.

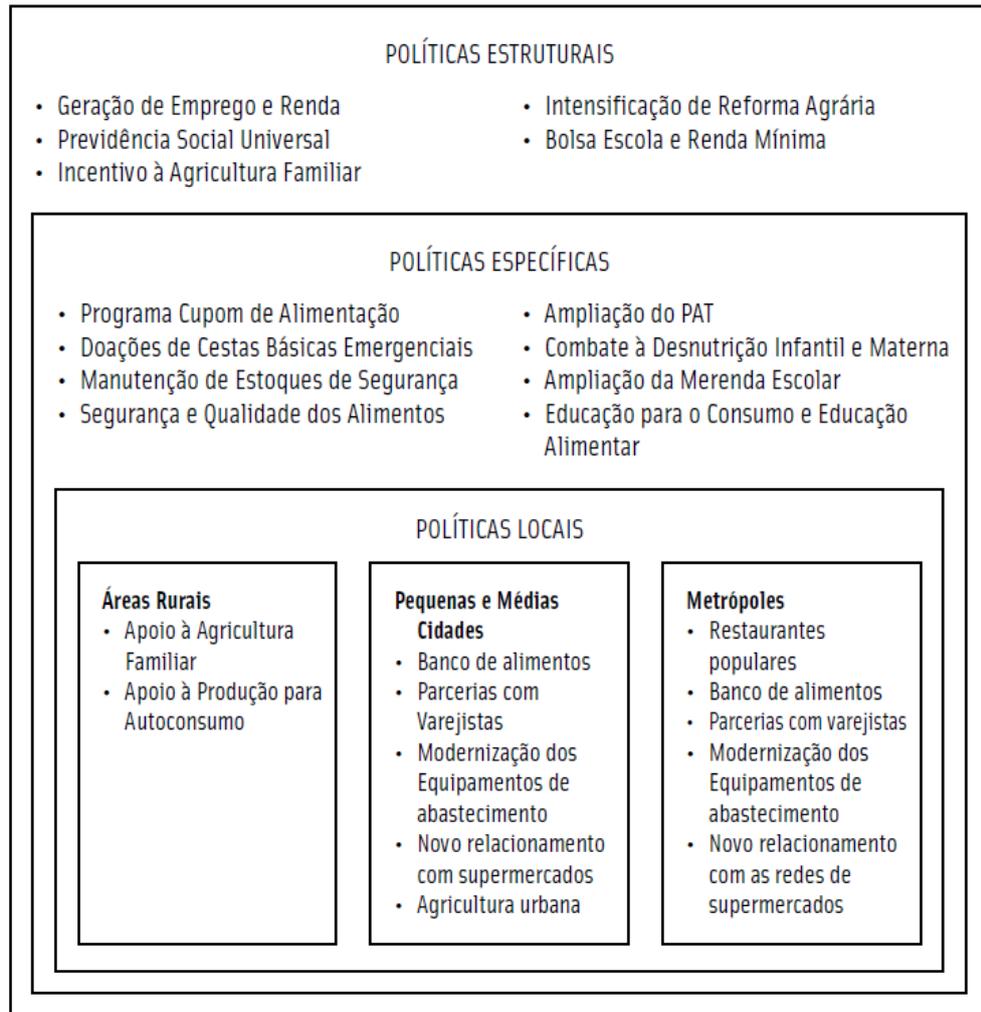
O governo FHC defendia que programas de caráter assistencialista não contribuíssem para o combate à pobreza no país. Então, no intuito de fomentar o comércio local, fez a substituição de alguns programas por auxílios financeiros: Bolsa-Saúde, Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. Com isso, o governo demonstrou duas tendências nas políticas de combate à fome. A primeira foi a diminuição de políticas universais, substituindo políticas nacionais para políticas que atendiam municípios mais carentes, desconsiderando o fato de a fome ter mais determinantes globais como desemprego e baixos salários do que determinantes locais. A segunda foi a substituição de programas que distribuem alimentos por valor em dinheiro, pois podem retardar a emancipação dos beneficiários e não conseguem garantir se o recurso está sendo utilizado para solucionar a carência alimentar (BELIK; SILVA; TAKAGY, 2001).

Posteriormente, no discurso presidencial em 2003, foi apresentado o Programa Fome Zero como prioridade, recriando o CONSEA e criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, específico para cuidar do tema, que articulou com as demais áreas do governo para concretizá-lo, já que se tratava de um conjunto de 25 políticas e 60 programas separados por três dimensões: estruturais, específicas da alimentação e no âmbito das políticas locais. Esse modelo seria ideal no Brasil por não existirem problemas de ofertas de alimentos, mas milhões de pessoas que vivem em situação de risco por terem uma renda insuficiente para uma alimentação com qualidade, quantidade e regularidade necessária (BELIK, 2003).

Um programa integrado de segurança alimentar deve atentar para os três elementos mencionados que dizem respeito ao acesso aos alimentos: quantidade suficiente, regularidade e qualidade. Dessa maneira, a questão não é apenas elevar a renda das pessoas pobres, mas, também, garantir que essa renda seja utilizada para o consumo de alimentos (BELIK, 2003, p.18).

Com isso, o aporte de renda recebido pelas famílias pobres referente ao programa transbordaria na agricultura local, podendo gerar mais renda e emprego nas regiões mais necessitadas. Nessa lógica, o PFZ seria um programa social capaz de alavancar o desenvolvimento econômico, ao contrário do que vinha acontecendo anteriormente. (BELIK, 2003). As principais políticas deste agrupamento com cunho emergencial e estrutural são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Esquema das propostas do Projeto Fome Zero



Fonte: Instituto Cidadania (2001)

De acordo com o Instituto Cidadania (2001) as Políticas Estruturais eram voltadas principalmente para geração de emprego e renda; reforma agrária; bolsa escola e renda mínima; incentivo à agricultura familiar; e previdência social universal para as pessoas que trabalham de forma autônoma. Dessa forma, visava reduzir a vulnerabilidade alimentar das famílias com a diminuição da desigualdade de renda. Já as Políticas Específicas eram voltadas para combate à fome da população mais carente e tinha como iniciativas o Programa Cupom Alimentação - PCA, que depois viraria o Cartão Alimentação, que visava aumentar ao uso de recursos financeiros para compra de alimentos e com isso, gerar emprego, renda e aumento da produção alimentícia local.

Outra iniciativa foi a reformulação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, com a finalidade de abarcar os trabalhadores que não tem registro em carteira. Complementando as abordagens também foram apresentadas algumas outras iniciativas importantes como doações de cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil, ampliação de merenda escolar, entre outras. Por fim, as Políticas Locais que seriam implantadas nos municípios e estados com parceria da sociedade civil, como restaurantes populares, parceria com as redes de supermercado, incentivo da agricultura de autoconsumo nas áreas rurais e apoio às agriculturas familiares.

O PFZ materializou a prioridade do governo federal em estabelecer uma estratégia nacional de garantia do direito humano à alimentação adequada. E teve como um dos marcos legais em relação aos planos e políticas de SAN a criação da LOSAN em 2006 que estabelece de forma clara o papel dos seus integrantes,

além de criar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, definiu seus princípios, diretrizes e integrantes, quais sejam: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, o CONSEA, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse em aderir ao SISAN. (MOREIRA; SANTARELLI, 2010, p. 15).

Vale destacar que, ainda em fevereiro de 2010, com participação ativa do CONSEA, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação nos direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal. Esta é outra conquista importante para elevar a nutrição ao Estado de direito (MOREIRA; SANTARELLI, 2010).

A junção do comprometimento do governo com os marcos legais em relação a SAN obteve reconhecimento internacional, pela FAO, como modelo de sucesso para ser aplicado em outros países em desenvolvimentos como reforça Elver (2019, p. 98) no documento da FAO de 2019

The Fome Zero strategy, introduced in Brazil during the early 2000s, remains one of the first and most comprehensive examples of the implementation of the right to food at national level. Not only did the programme bring impressive

results in reducing poverty, but it significantly contributed to the elimination of hunger and malnutrition throughout the country²

Elver (2019) complementa que no período de seis anos após seu início o PFZ tirou 14 milhões de brasileiros da pobreza e melhorou a SAN dessa população, reduzindo pela metade o número de pessoas em situação de fome. Essa melhora foi gradativa e fez o Brasil cumprir a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU dentro do prazo de 2015. O sucesso veloz do programa deixou um legado duradouro no direito à alimentação e ajudou a aumentar a pressão política sobre os governos subsequentes para priorizar a erradicação da fome.

A cooperação internacional é um instrumento fundamental para o combate à fome e à pobreza nos países em desenvolvimento. A atuação da FAO no Brasil, por exemplo, teve extrema importância nas conquistas atribuídas ao PFZ, sendo expressa em quatro grandes linhas de ação: (1) assistência técnica, com a formulação e execução de políticas e projetos nas áreas de agricultura, alimentação, desenvolvimento rural, silvicultura e pesca e cooperação Sul-Sul; (2) Divulgação de informações por meio de funcionários para coletar, analisar e divulgar informações. (3) aconselhar os governos a partilhar sua política agrícola e experiências de planejamento, desenvolver legislação e aprontar estratégias nacionais; (4) Uma plataforma central que oferece oportunidades para conhecer, discutir e formular políticas sobre agricultura e alimentação, facilitando acordos e convênios. (FAO, 2019). Desse modo ofereceu apoio por meio de acordos de cooperação técnica internacional e desempenhou um papel fundamental na preparação do programa Fome Zero para adoção no início de 2003 (FAO, 2014)

A FAO (2014) também atribuiu essa conquista à redução bem-sucedida da fome e da pobreza extrema nas áreas rurais e urbanas como resultado de políticas governamentais bem coordenadas com forte envolvimento da sociedade civil, e não uma única ação isolada. Esse modelo de desenvolvimento inclusivo teve continuidade no governo Dilma e foi incorporado ao plano Brasil sem Miséria lançado em 2011,

² A estratégia Fome Zero, introduzida no Brasil no início dos anos 2000, continua sendo um dos primeiros e mais abrangentes exemplos de implementação do direito à alimentação em nível nacional. O programa não só trouxe resultados impressionantes na redução da pobreza, mas contribuiu significativamente para a eliminação da fome e da desnutrição em todo o país

adicionando políticas complementares com o objetivo ousado de erradicar a pobreza extrema no Brasil.

Fruto dessas conquistas com o PFZ e os marcos legais da SAN no país, em 2014, o Brasil foi retirado do mapa da fome da FAO, um sucesso sem precedentes no combate à fome e à desnutrição. No entanto, três anos depois, um relatório de vinte organizações da sociedade civil alertou que o país estava ameaçado de reintegração no mapa (DOMENEZI, 2018 *apud* FAO, 2019). Esta projeção baseou-se nas mudanças de políticas de proteção social, que acabaram levando à retirada de assistência para 1,5 milhão de famílias, bem como nas recentes crises econômicas, no desemprego e na queda do gasto público, que contribuíram para o ressurgimento da pobreza (FAO, 2019).

Um estudo da *Action Aid* Brasil mostra que entre 2015 e 2017, por exemplo, o país voltou a patamares de doze anos atrás em termos de pessoas habitando em extrema pobreza, enquanto os níveis de pobreza desceram para os mesmos de oito anos anteriores. Mais de dez milhões de pessoas vivem nessas condições. Este fenômeno confirma que existe uma estreita relação entre pobreza extrema, fome e proteção social (FAO 2019). Vale lembrar que em maio de 2016, Temer assumiu a presidência em um período de recessão econômica, com essa mudança provocou rupturas institucionais e programáticas. Uma das primeiras medidas nas áreas agrária e rural foi a abolição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que se somou à ameaça de aprovação do Projeto de Lei, que flexibiliza a legislação sobre pesticidas, além dos contínuos cortes orçamentários enfraquecendo as políticas sociais, de redução da fome, redução da pobreza e segurança alimentar e nutricional. Com isso reforçando as mudanças de paradigmas e retrocessos em princípios e direitos estabelecidos (VASCONCELOS et. al, 2019).

De acordo com a FAO (2019) o ponto de virada mais recente e mais preocupante na história de sucesso do Brasil ocorreu em 1º de janeiro de 2019, quando o recém-eleito presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, extinguiu o CONSEA, que foi considerado o conselho de governo mais influente do Brasil em implementação do direito à alimentação e serve como modelo internacional de participação social.

O CONSEA trouxe à tona muitas questões importantes, além de garantir a participação efetiva da sociedade civil no processo decisório. O trabalho de

advocacia do CONSEA abrangeu desde o direito à alimentação, até a promoção de alimentos sem agrotóxicos e alimentação saudável para todos. Muitas propostas importantes foram primeiramente debatidas dentro do CONSEA, antes de se tornarem verdadeiras políticas ou ações públicas de combate à fome (FAO,2019 p.108).

Complementando essa preocupação, a FAO (2019) aponta que a decisão de dissolver o CONSEA foi interpretada por muitos como o primeiro passo de Bolsonaro para destruir toda a estrutura política de segurança alimentar do Brasil e abandonar gradualmente os esforços para realizar o direito à alimentação. Seu fechamento também é posto como mais um ataque aos membros mais fracos e vulneráveis da sociedade. Em suma, o CONSEA foi a espinha dorsal simbólica e essencial do direito à alimentação no Brasil e a partir dessa decisão o tema da SAN deixa de ter prioridade no país.

3 MAPA DA FOME NO BRASIL EM 2021

Em 2014, o Brasil atingiu um marco histórico ao sair do Mapa da Fome, ferramenta utilizada pela ONU para acompanhar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), principalmente o objetivo 1: “acabar com a fome e a pobreza” (ONU 2015).

Os ODM foram compostos por oito metas globais associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero, meio ambiente e a eliminação da pobreza extrema e da fome no planeta, fatores que afetaram particularmente as populações mais pobres dos países menos desenvolvidos.

...além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para cada um dos oito objetivos foram estabelecidas metas globais, em um total de 21 metas, cujo acompanhamento de progresso deu-se por meio de um conjunto de 60 indicadores. A maioria das metas estabelecidas para os ODM tinha como horizonte temporal o intervalo de 1990 a 2015, isto é, avaliavam o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo por base dados iniciais obtidos em 1990 (ROMA, 2019, p.33)

A ONU recomendava que o acompanhamento dessas metas fosse adaptadas para a realidade de cada país. No caso do Brasil, a responsabilidade de definir os

indicadores e suas análises foi atribuída ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse planejamento os objetivos e indicadores ficaram mais ambiciosos que as metas globais (ROMA, 2019).

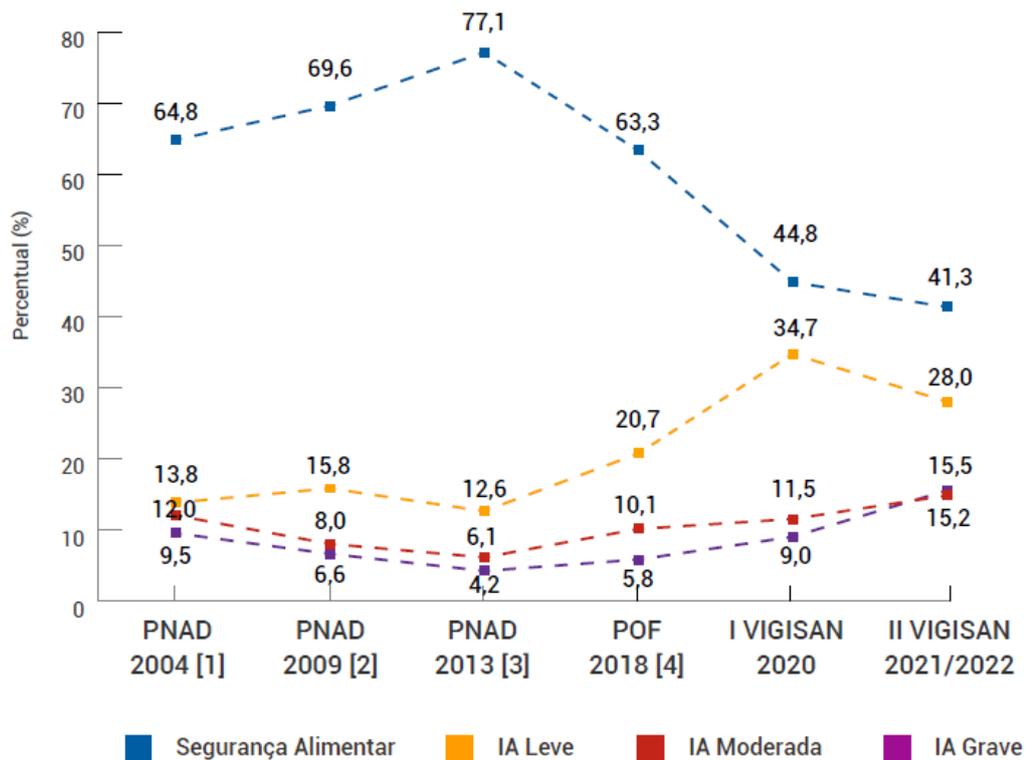
Roma (2019) comenta alguns resultados obtidos com essa definição das ODM e suas adaptações para a realidade brasileira. A ODM 1 global apresentava duas metas diretamente ligadas a pobreza e a fome que eram “Até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990” e “Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990”, enquanto a meta brasileira para esse objetivo era mais agressiva “Até 2015, reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990” e “Até 2015, erradicar a fome”. Tanto na meta global quanto na nacional, o Brasil atingiu as metas definidas antes do tempo estabelecido.

Passado esse período a ONU mudou sua abordagem para relatar a fome global, portanto, parou de publicar o Mapa da Fome baseado nos ODM e começou a implementar a "Agenda 2030", que engloba os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora não publique mais o Mapa da Fome, a Nações Unidas continua publicando seus resultados por meio do relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo", que retrata graficamente a situação da fome no mundo por meio do Programa de Alimentação Mundial (PAM). Paralelo a isto, vale ressaltar que a FAO em 2017 mudou o critério que enquadra um país no Mapa da Fome que era de 5% da população subalimentada e caiu para 2,5%. Na publicação da FAO (2020), o Brasil indicava menos de 2,5%, logo não estaria no Mapa da Fome, ou seja, indicava que não tinha números significativos de Insegurança Alimentar pelos critérios da FAO. No entanto, há uma divergência dos dados devido aos diferentes indicadores aplicados pelo Brasil e pela FAO. O indicador da FAO apresenta o percentual de pessoas desnutridas, enquanto a EBIA apresenta dados mais completos e detalhados, levando também em consideração fatores como a situação do indivíduo e de sua família, além da qualidade e quantidade das refeições consumidas em determinado período, com isso são mais adequados para avaliar a fome no Brasil (MARANCONI et al., 2022).

Nos últimos anos Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) utilizou oito perguntas do questionário EBIA, que

é aplicado pelo IBGE desde 2004 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para estimar o nível de SA/IA no país. Os resultados foram apresentados para dar continuidade às mensurações realizadas pelas pesquisas anteriores, como mostra o **Gráfico 1**.

Gráfico 1 – Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil 2021/2022



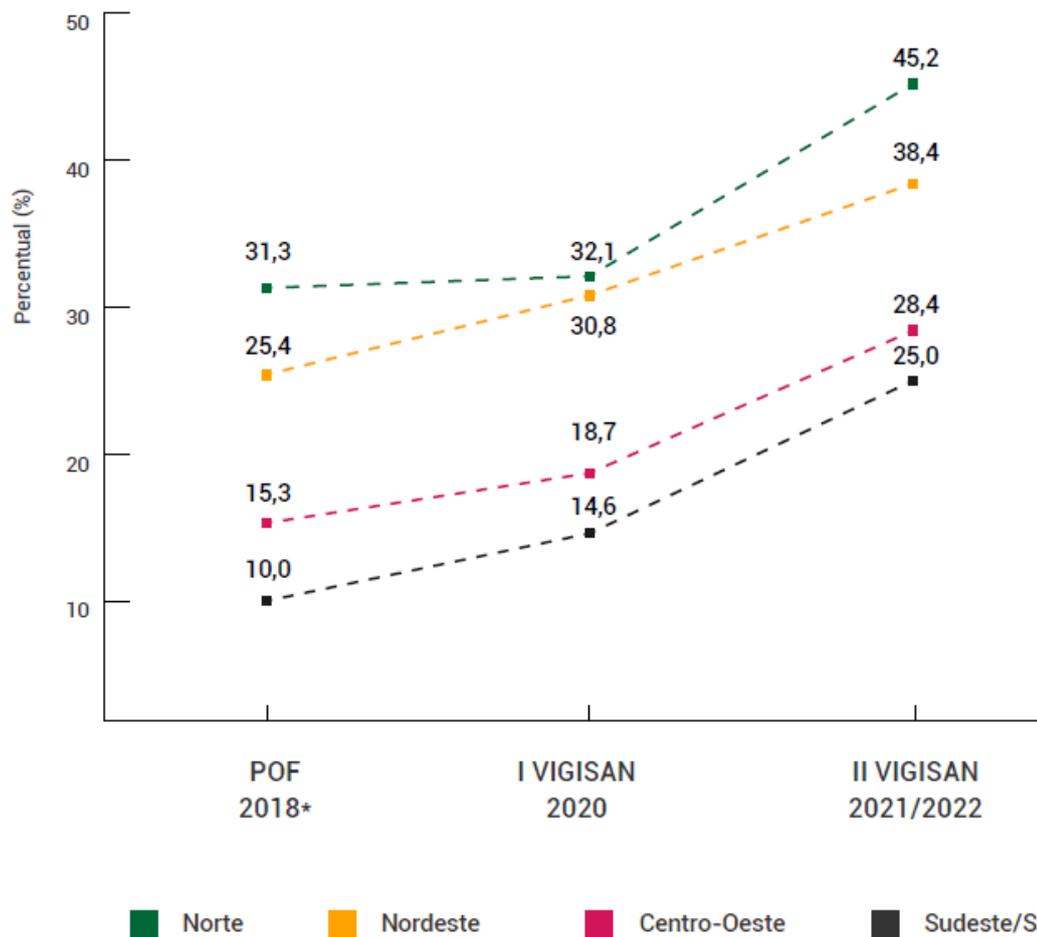
Fonte: Rede PENSSAN / Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

É possível observar pelo gráfico que na última pesquisa realizada pela PNAD em 2013 foi o melhor cenário que o Brasil esteve para SA e IA grave. Desde então o crescente percentual da população em IA grave é alarmante e teve o maior pico de 2020 para 2021/2022 com 15,5% da população em situação de fome, um aumento de 6,5 pontos percentuais. Em número de pessoas, isto significa que 14 milhões de novos brasileiros passaram a conviver com a situação de fome, uma vez que tínhamos 19,1 milhões ao final de 2020 e, ao final de 2021 e início de 2022, esse número subiu para 33,1 milhões. Lembrando que esse período ficou marcado por crise econômica, política e sanitária, com a pandemia do COVID que causou impacto a nível global.

Por outro lado, o nível de SA nesse período não teve uma variação tão expressiva, quanto os demais indicadores, mostrando que essa parcela da população não foi tão impactada neste período de crise, mas os outros 60%, aproximadamente, da população agravam seu acesso à alimentação adequada, reafirmando o impacto da desigualdade social no Brasil.

Esse cenário de desigualdade é reafirmado quando olhamos os dados de IA moderada somado com grave regionalmente, como podemos ver no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução (em%) da estimativa da Insegurança Alimentar moderada + grave, segundo as macrorregiões do Brasil, entre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), I VIGISAN, de 2020 e o II VIGISAN, de 2022. II VIGISAN – AS/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022



*Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018

Como mostrado no gráfico, os domicílios do Norte são os que sofrem mais com a falta de acesso aos alimentos, seguido pela região Nordeste. Essa prevalência cresce e no último período analisado é de 45,2% e 38,4% dos domicílios. O II VIGISAN

(2022) realizou ainda uma avaliação para entender se há essa desigualdade entre os gêneros. Os lares cujo responsável era mulher teve uma maior redução de SA e apresentou maior aumento de IA grave, apresentando uma diferença entre os sexos de 7,4 pontos percentuais em 2021/2022.

Nos resultados apresentados pelo estudo do VIGISAN (2022) também foi notado uma relação entre a renda e o acesso aos alimentos, foi observado uma redução da SA o final de 2020 e o início de 2022 na faixa de rendimentos familiares maiores que 1/2 e até 1 Salário Mínimo per Capita (SMPC), tanto em domicílios de homens como de mulheres como responsáveis. Chama atenção também que em 2020 na faixa de renda maior que 1 SMPC a IA moderada e grave zeraram, mas voltou a aparecer em 2021/2022 com prevalência baixa, mas com um número maior de domicílios que têm a mulher como responsável. É percebido então que mesmo em famílias com rendimentos mais altos, sendo a mulher a pessoa de referência, o risco de IA ainda é maior.

Os domicílios com pessoas de referência que se autodeclararam preta ou parda também são os que tiveram menor prevalência de SA, mesmo quando os rendimentos mensais estão acima de 1 SMPC. Nessa faixa de renda, a SA foi de 78,6% nos domicílios com responsáveis brancos e 75,2% nos domicílios onde a pessoa responsável era negra ou parda. Quando analisamos a situação de IA, tanto a IA moderada quanto a IA grave, foi percebido a prevalência mais alta nos lares de pessoa de referência preta ou parda.

Outro ponto de preocupação é o fato de que nos domicílios com moradores de até dez anos de idade, foi visto que a IA grave (a fome) dobrou entre o final de 2020 e o início de 2022, de 9,4% para 18,1%. Esse dado é alarmante pois uma má alimentação na infância compromete o desenvolvimento físico e a capacidade cognitiva no futuro.

Esse cenário de IA foi proporcionalmente mais frequente em domicílios rurais do que em áreas urbanas. O número IA grave era de 21,8% dessa população rural, indicando que fome atingia moradores de 1 a cada 5 dessas habitações de agricultores familiares/produtores rurais. Isso devido às perdas de produção decorrente da dificuldade de comercializar seus produtos.

É sempre bom lembrar que mudanças aparentemente pequenas nas porcentagens, especialmente em IA séria, podem significar que milhões de pessoas começam a viver todos os dias com falta de comida no prato. Diante da condição alarmante de mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome, julga-se imprescindível estudar as causas que levaram a esse aumento com vistas a vislumbrar possíveis soluções emergenciais e estruturais para os próximos anos.

4 ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL EM 2021

Durante a transição de 2019 para 2020, o mundo foi surpreendido pela transmissão do novo coronavírus, SARS - COV - 2, causador da Covid-19, doença até então desconhecida, com forte poder de contágio e altas taxas de mortalidade que desafiou cientistas ao redor do mundo tanto para entendê-la quanto para buscar uma vacina capaz de imunizar a população. Dessa forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou uma forte mobilização para que os países adotassem as medidas recomendadas pelos cientistas, tais quais distanciamento e/ou isolamento social, uso de máscara e higienização contínua das mãos, com o objetivo de retardar o crescimento da curva de mortos e infectados até descobrir um tratamento mais eficaz e/ou uma possível cura para a doença. No entanto, alguns líderes mundiais ignoraram os conselhos da OMS e assumiram colocações que rejeitam a ciência. No Brasil, essa postura conservadora foi adotada pelo Chefe do Executivo e tomou grandes proporções, influenciando a população a não seguir as diretrizes científicas e minimizando os possíveis impactos da doença (CRUZ, 2021).

Assim, o agravamento dos impactos causados pela pandemia do novo coronavírus, as crises econômicas e políticas existentes no país aumentaram à medida que a Covid-19 obrigou o distanciamento e o isolamento social, afetando todas as atividades presenciais, com isso o desemprego cresceu e muitos brasileiros perderam renda para usufruir de serviços essenciais. Ocasionalmente à exposição as desigualdades sociais e econômicas que já existiam no país. No entanto, Cruz (2021)

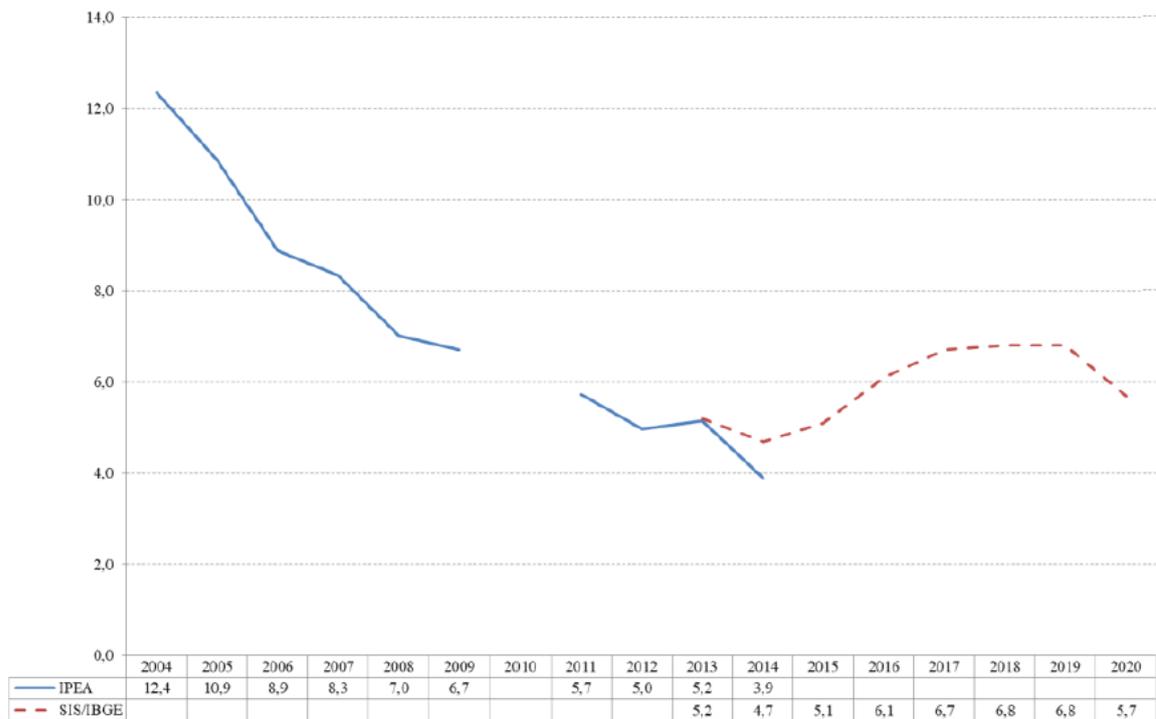
acredita que a má gestão da pandemia ocorrida no Brasil agravou o cenário no país no que se diz respeito à questão da fome.

Complementando, o relatório PENSSAN (2022) mostra o alarmante crescimento da IA em parcela significativa da população brasileira desde 2016, impulsionada pela crise econômica e pelo rompimento de políticas públicas nacionais, com destaque para a pandemia de Covid-19. Soma-se a esse cenário a continuidade de escolhas governamentais descuidadas, impulsionadas pela falsa dicotomia entre economia e saúde.

Por isso quando comparamos com o cenário global, Neri (2022) comenta que a pandemia é um fenômeno que vai além de fronteiras brasileiras, no entanto a insegurança alimentar na média dos 120 países analisados pela Gallup World Poll (2021) aumentou 1,5 pontos percentuais contra o aumento de 6 pontos percentuais no Brasil. Ou seja, indicando maior dificuldade relativa de endereçarmos o problema da fome durante a pandemia no Brasil.

Com a volta do Brasil ao Mapa da Fome da FAO (2022) tendo em vista os impactos do Covid-19, é importante analisar o cenário econômico do país e os dados indiretos que ocasionaram esse resultado, como pobreza, mercado de trabalho, renda e inflação. Oliveira (2022) comenta que utilizando a proporção da população que vive com renda abaixo da linha da pobreza, utilizando a métrica adotada pelo Banco Mundial para países de baixa renda, de US \$1,90 PPC 2011/dia. Podemos observar no Gráfico 3 que o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza volta a subir em 2015 (5,1%), ficando estável entre 2017 e 2019 (6,7% e 6,8%).

Gráfico 3 - Proporção de pessoas vivendo com US\$ 1,90 PPC 2011/dia - Brasil - 2004-2020

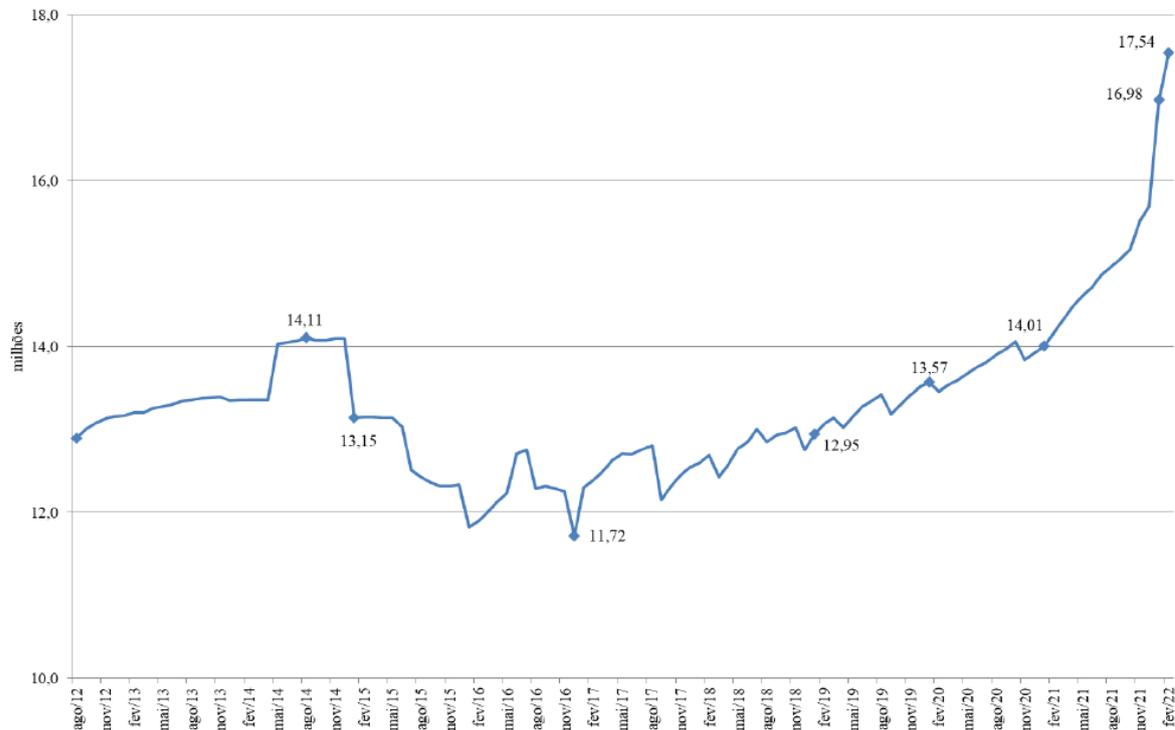


Fonte: IPEA: dados foram calculados a partir das PNAD; SIS/IBGE: dados foram calculados a partir das PNAD-C; Em 2010, não há realização da PNAD por ser ano de CENSO.

Em 2020, reduz para 5,7%, porém ainda maior que os anos de 2013 (5,2%) e 2014 (4,7%), quando o Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO (2014).

Oliveira (2022) aponta que outra importante fonte de informação é o número de famílias inscritas Cadastro Único em situação de extrema pobreza (renda per capita de R\$ 0,00 a R\$89,00) que observamos no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Famílias inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza - Brasil - 2012-2022



Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, VIS DATA 3 beta.

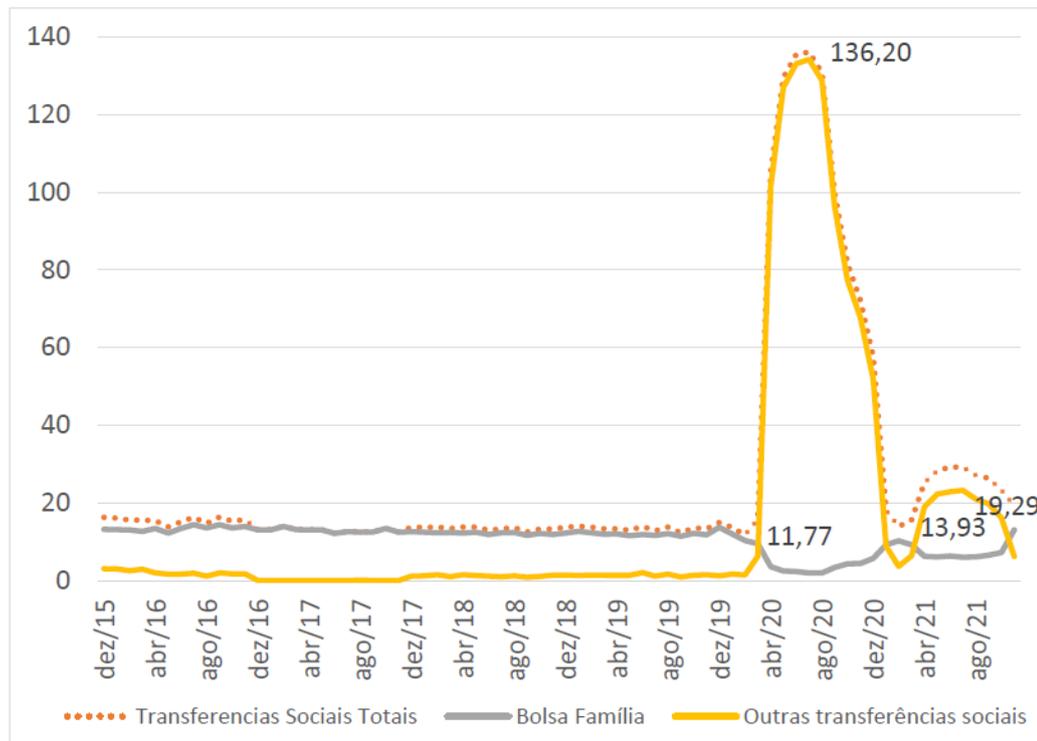
Conseguimos avaliar o crescimento exponencial considerando o período pré-pandemia de janeiro de 2019 com 12,95 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza e em janeiro no ano seguinte, 13,57 milhões, indicando um crescimento de 4,08%. Em janeiro de 2021, havia 14,01 milhões, correspondendo a aumento de 3,21%. Após um ano, em 2022, o número subiu para 16,98 milhões, ou seja, quase 3 milhões de pessoas a mais, o equivalente a variação de 21,15% comparado com o ano anterior e 31% em relação a janeiro de 2019.

Aprovada em abril de 2020, a principal política para sanar esse crescimento em meio a pandemia foi a Renda Básica Emergencial que concedia três parcelas de R\$600,00. Em junho de 2020, “o benefício atingia 61 milhões de pessoas. A título de comparação, o Programa Bolsa Família amparava, em abril de 2020, um total de 14,3 milhões de famílias (43,7 milhões de pessoas ao todo), com um benefício médio por família de R\$ 175,00” (BARBOSA; PRATES, 2020 *apud* OLIVEIRA, 2022). Esse benefício em 2020, atenuou fortemente o aumento da pobreza, no entanto em 2021

com sua reedição, mesmo com o crescimento de beneficiários, não obteve o mesmo resultado de diminuição da pobreza de acordo com Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021).

Complementando, Neri (2022) apresenta a consolidação dos programas de transferências ao longo do tempo, como mostra o Gráfico 5, a média das transferências sociais per capita.

Gráfico 5 - Média das transferências sociais per capita (R\$ de dez/2021)



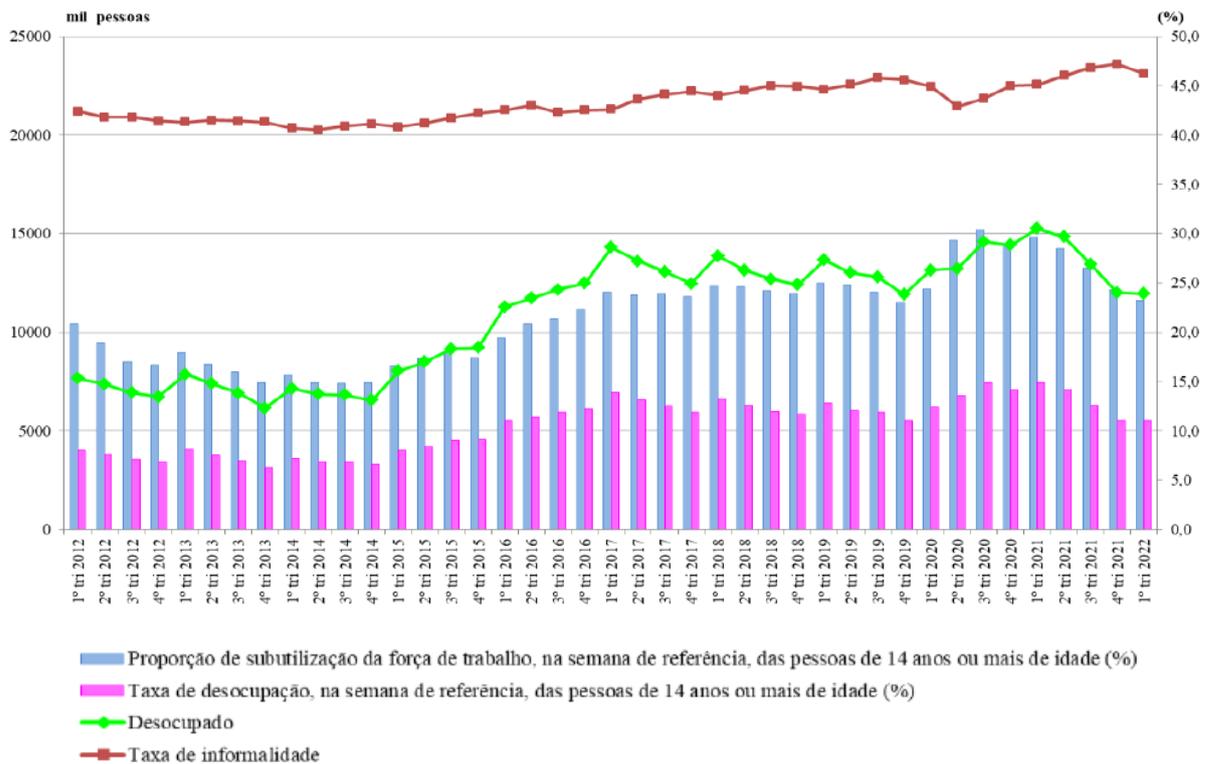
Fonte: FGV Social, elaboração através da PNADC/IBGE

No gráfico, podemos observar que as transferências de renda média per capita em relação a toda a população saem de R\$11,77 em fevereiro de 2020 para R\$136,20 em julho 2020, caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. E no último ponto do gráfico com R\$19,29 per capita, devido a incorporação do Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e Programa Bolsa Família, valor 63,9% maior que o início da pandemia.

Oliveira (2002) expõe que como o brasileiro obtém alimentos principalmente por meio do mercado, a evolução da renda média e das condições do mercado de trabalho é fundamental para entender a evolução da insegurança alimentar no Brasil.

Uma vez que o desemprego aumentou, atingiu fortemente as micro e pequenas empresas responsáveis pela maior parte dos empregos formais e que encerraram suas atividades. No ano de 2020, a taxa de desocupação acelerou, passando de 12,4% no 1º trimestre para 14,9%, no 4º. A proporção de subutilização, no mesmo período, cresceu de 24,4% para 30,4%, como podemos ver na curva do Gráfico 6.

Gráfico 6 - Número de pessoas desocupadas, proporção de subutilização da força de trabalho potencial e taxa de desocupação e taxa de informalidade – Brasil – 1º trimestre 2012 - 1º trimestre 2022



Fonte: PNAD-C 2022

Oliveira (2022), ressalta que no primeiro semestre de 2020 duas Medidas Provisórias foram instaladas que podem ter influenciado nesse aumento de desocupação. Foram a MP nº 927 em março e a MP nº 936 em abril. A primeira visava flexibilizar regras trabalhistas para preservação do emprego e renda do colaborador até 31 de dezembro de 2020, com isso trouxe algumas mudanças no mercado de trabalho, como: (i) regulamentou o teletrabalho; (ii) permitiu a antecipação de férias individuais; (iii) a concessão de férias coletivas; (iv) o aproveitamento e a antecipação de feriados; (v) a utilização de banco de horas; (vi) admitiu a suspensão

de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; e (vii) a suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional; e (viii) suspensão parcial ou integral do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o período de vigência da MP. No entanto teve vigência somente por quatro meses, pois não foi votada no prazo regimentar no Senado.

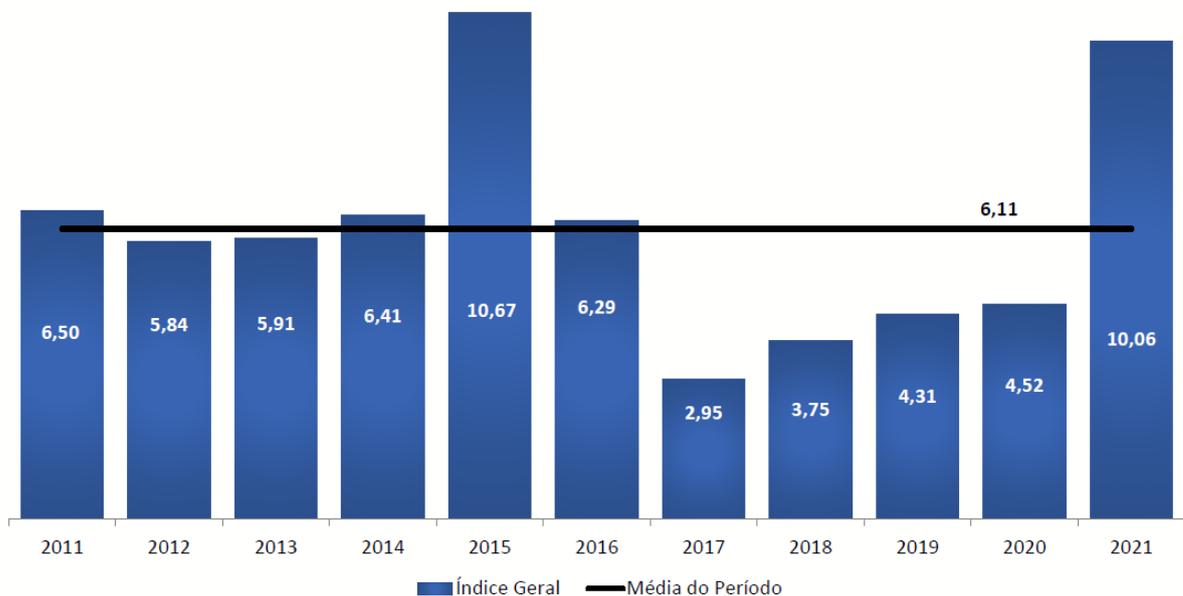
A segunda ação do governo foi a criação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PEMER) publicado como Lei nº 14.020, 06.07.2020. Esta medida permitiu que empregadores e empregados acordassem redução da jornada de trabalho e do salário ou suspensão do contrato de trabalho. A redução poderia ser de 25%, 50% ou 70%, por até três meses. No caso de suspensão do contrato, o governo concedia um benefício complementar, baseado no valor de seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria acesso (OLIVEIRA, 2022).

Essa medida impactou uma população-alvo menor que o auxílio emergencial. “Até 26 de maio de 2020 haviam sido selados [8,2 milhões] acordos. Desse total, 4,4 milhões foram de caráter suspensivo, 1,2 milhão com redução de jornada de 25%, 1,4 milhão com redução de 50%, 991 mil com redução de 70% – e pouco mais de 160 mil foram postos de trabalho intermitentes, que não se relacionam propriamente com o PEMER” (IPEA, 2020 apud BARBOSA; PRATES, 2020, p.3) apud OLIVEIRA, 2022). Essa lei foi editada com a MP 1.045 a fim de estender a vigência para 2021, no entanto em meados de setembro 2021 ela foi rejeitada pelo senado com a justificativa de que estava sendo transformada em uma "minirreforma trabalhista" (CASTRO, 2021 apud OLIVEIRA, 2022).

Oliveira (2022) complementa que com o aumento da vacinação em 2022 as taxas de desocupação e subutilização caíram em relação ao início de 2021. Contudo, a taxa de informalidade cresceu. Com isso as pessoas estão retomando aos empregos, no entanto com condições piores do que antes da pandemia. O que se refletiu na redução do nível médio de renda da população.

Além da pobreza, desemprego e renda, vale salientar que no período de pandemia também ocorreu um processo inflacionário. No gráfico do Ministério da Economia com dados do IBGE podemos ver que no período de 2021 tivemos o maior índice de inflação desde o início da pandemia.

Gráfico 7 - Índice Geral, acumulado em 12 meses, em percentual, para meses de dezembro



Fonte: IGBE. Elaboração: Secretaria de Política Econômica (SPE) / Ministério da Economia

Esse aumento da inflação reduziu o poder de compra da população que quando atinge os alimentos impacta com mais força a população de menor renda por causa do peso da compra de alimentos em suas cestas. Segundo a POF 2017-18, a segunda maior despesa para a população que recebe até R\$ 1.908 é com alimentação (22,0%) atrás de habitação (39,0%). (OLIVEIRA, 2022).

Somado a esse cenário econômico, (BEGHIN, 2022) complementa a influência dos desmontes das políticas públicas para proteção da população mais vulnerável, que ocorre desde 2016 com cortes orçamentários e o Teto de Gastos, que congelou em termos reais os gastos públicos primários da União por vinte anos. Além disso, o enfraquecimento do tema SAN no Brasil foi enfraquecido pela extinção do CONSEA, em 2019, que desorganizou a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome. Algumas voltadas à SAN, por mais que estivessem em vigor, tiveram alterações ou foram enfraquecidas, como por exemplo as verbas alocadas ao PNAE, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), à Política de Garantia de Preços Mínimos, ao Bolsa Família (extinto e substituído pelo Auxílio Brasil), entre

outros, que ficaram menores em termos reais. Esse cenário não foi ainda mais grave devido ao Auxílio Emergencial, no entanto

“O abandono de uma atuação intersetorial e sistêmica, assim como a extinção das instâncias de participação social, impediu a identificação dos principais problemas alimentares e das demandas da sociedade; o enfraquecimento de mecanismos de regulação do mercado dificultou o controle da inflação, particularmente a alta de preços dos alimentos; a desarticulação de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, principal responsável pela alimentação básica da população brasileira, contribuiu para a inflação de alimentos e para a carestia; os programas de aquisição e de distribuição de alimentos, como o P1MC, o PNAE e o PAA (mesmo este tendo recebido aporte considerável de recursos), foram enfraquecidos e, portanto, pouco mitigaram o problema da fome; os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais foram abandonados à sua própria sorte, sendo fortemente impactados pela fome e pela covid-19 e suas consequências.” (BEGHIN, 2022, p.20)

Com isso, a Segurança Alimentar foi despriorizada nos últimos anos, sendo negligenciada ainda mais no período da pandemia do Covid-19 que levou o Brasil a figurar o Mapa da Fome na publicação da FAO(2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o Brasil foi desenvolvendo políticas de segurança alimentar para garantir o acesso da população aos alimentos. Em 2014 a FAO anunciou a saída do país do Mapa da Fome e oito anos depois, ele retorna em um cenário ainda mais agravante tendo relação com a desigualdade do país, confirmando o número de 33,1 milhões de pessoas que passam fome, segundo o relatório PENSSAN (2022). Nesse intervalo, há cortes orçamentários e a extinção do CONSEA, como símbolo do desmonte de políticas que priorizavam a SAN, atingindo principalmente as áreas rurais, regiões Norte e Nordeste, pessoas autodeclaradas pretas ou pardas e mulheres que chefiavam os domicílios.

Com essa perspectiva, é possível abordar neste estudo que quando o quadro pandêmico atingiu o Brasil, a economia do país já se encontrava estagnada, com baixo crescimento e piora na situação do mercado de trabalho – o principal mecanismo por trás do ressurgimento da fome e do aumento da pobreza. Ao se falar de renda, há uma conjunção de dois fatores: os empregos gerados são principalmente no mercado

informal, correspondendo a salários mais baixos e a evolução da inflação, sobretudo na alimentação que reduz o poder de compra dos salários.

Em termos de Segurança Alimentar, o país também apresentou um retrocesso que só se agravou com a pandemia do COVID-19, ao comparar 2013 e 2018. Do ponto de vista das políticas públicas, foram feitos cortes orçamentários e mudanças nos projetos políticos em meio a pandemia. Por fim, deve-se notar que nenhuma das políticas previstas no plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2020 que haviam sido expostas, foram implementadas, comprovando que o Brasil não tem um plano de SAN em meio à crise econômica.

O cenário socioeconômico do Brasil se configura como de extrema preocupação, alertado por dados e estudos neste trabalho. Nesse contexto, conclui-se então a necessidade de priorização de projetos emergenciais de crescimento econômico com distribuição de renda e geração de empregos, como uma forma de não apenas entender as experiências de um passado brasileiro, mas de explorar e incentivar futuras análises sobre Segurança Alimentar e de compreender os planos para um futuro comprometido com a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEGHIN, N. O Combate a fome de Vargas a Bolsonaro. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, IPEA, n. 29, p. 1-25, 31 mar. 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/220609_218154_bps_29_nps3.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 12-20, 1 jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqrHCk>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGY, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 119-129, 1 dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/nWXBS3LYccnQHjCbTgq6HHB>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 807, de 24 de abril de 1993**. INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR "CONSEA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [S. l.], 24 abr. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0807.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN [...]. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em 13 nov. 2022
- CRUZ, S. R. D. UMA ANÁLISE SOBRE O CENÁRIO DA FOME NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19. **Pensata**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11104>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- CUSTÓDIO, M. B.; FURQUIM, N. R.; SANTOS, G. M. M. dos; CYRILLO, D. C. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ELVER, HILAL. Fome zero: How Brazil's success story became a model for achieving the right to food. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. **From Fome Zero to Zero Hunger**: A global perspective. ROMA: FAO, 2019. cap. 7, p. 98-111. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338045128_Fome_zero_How_Brazil%27s_success_story_became_a_model_for_achieving_the_right_to_food. Acesso em 13 nov.
- HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 9, n. 24, p. 159-172, 1 ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RWzRsdvZL4YWRyCNjN8c4R>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037e.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA – Alimentos, dezembro 2021**. Elaboração: Secretaria de Política Econômica. Ministério da Economia. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/agricola/2022/2021-01-11-ipca_dezembro_alimentos.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2017-2018**. Análise da segurança alimentar no Brasil. Mensuração da segurança alimentar e nutricional. Nota técnica 01/2021. Rio de Janeiro, 2021. 6 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101858>. Acesso em 12 nov. 2022

_____. **Segurança alimentar 2004**. Rio de Janeiro: 2006. 140 p. (Suplemento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283161>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 203 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Instituto de Cidadania. **Projeto Fome Zero**. Uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania; 2001

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 16, ed. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, n; 1, p. 66-88, 1 jan. 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 13 nov. 2022.

MAINARDES, F.; RAIHER, A. P. (In) Segurança Alimentar no Brasil: Prevalência e Fatores Associados. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, BA, ano 15, v. 15, ed. 25, p. 74-99, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/3978/3276/6586>

MOREIRA, C; SANTARELLI, M. Da lei à mesa: a construção institucional da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasil. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010. v. 2.

NERI, M. C. Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais. **FGV SOCIAL**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1-29, 1 maio 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/32406>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, C. D. C. A volta da fome no Brasil. **Revista NECAT**, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 50-84, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/5607>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PENSSAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. Food insecurity measurement and indicators. **Revista De Nutricao-brazilian Journal of Nutrition - REV NUTR**, Campinas, SP, v. 21, p. 15-26, 1 ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKlc9HP7nXLRX5fH3Fh>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 Nov. 2022

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. *et al.* Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista De Nutricao-brazilian Journal of Nutrition - REV NUTR**, Campinas, v. 21, p. 39-51, 1 ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ/?lang=pt#>. Acesso em: 13 nov. 2022.

VASCONCELOS, F. D. A. G. D *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, [s. l.], v. 32, p. 1-13, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/x5nRd9jQX8dZPmg8JqwrXBD/?lang=en>. Acesso em 13 nov. 2022